

APRESENTAÇÃO

Os Conselhos Municipais de Educação (C.M.E.) da Região Metropolitana de Sorocaba - RMS

Paulo Gomes Lima – UFSCar-Sorocaba*

No dossiê anterior (Primeira parte da pesquisa sobre os Conselhos Municipais da Região Metropolitana de Sorocaba (vol.1, n.3, 2017) discutiu-se a estrutura e caracterização educacional nos/dos municípios da Sub-região 3 da RMS composta pelo número de 9, a saber: Sorocaba, Iperó, Votorantim, Pilar do Sul, Piedade, São Miguel Arcanjo, Tapiraí, Salto de Pirapora e Araçoiaba da Serra. O desafio seguinte seria o de conhecer a organização e o funcionamento dos C.M.E.s, a partir de sua criação, implementação, entendimento e vivência de sua regulação tendo a gestão democrática como princípio e a qualidade socialmente referenciada como meta dialógica. Ainda porque, as pesquisas desenvolvidas no âmbito do GEPLAGE (Grupo de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação – UFSCar/Sorocaba), evidenciaram que tanto a gestão democrática, como a educação socialmente referenciada eram objetos que ora não eram prática comum nas escolas e instituições educacionais, ora não eram problematizadas como processo formativo constante dos cidadãos que, mesmo participando de órgãos colegiados, não se sentiam pertencentes às deliberações e discussões das pautas e expectativas dos municípios.

Sabe-se que tipologia de educação centrada no que se pode chamar de educação socialmente referenciada, pode acontecer somente pela via da gestão democrática, da participação efetiva dos cidadãos representantes dos segmentos sociais, da legitimação e autonomia dos colegiados, dentre os quais figura o Conselho Municipal de Educação. Neste dossiê, volume 2, número 2 de 2018, os pesquisadores(as) envolvidos conseguiram problematizar estas questões, por meio da organização documental e didática do funcionamento deste órgão colegiado, propiciando a explicitação ao leitor do resultado dessa etapa da pesquisa como segue.

O trabalho de Gilsemara Vasques Rodrigues Almenara e Petula Ramanuskas Santorum e Silva acerca do Conselho Municipal de Educação do município de Sorocaba/SP trata de um recorte da pesquisa na área da política e gestão da educação vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas “Estado, Política, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação” (GEPLAGE), cujo objetivo é discutir o processo de criação, implementação e caracterização do Conselho Municipal de Sorocaba (CMESO), bem como compreender os condicionantes que explicitam ou não a atuação desse órgão à luz do o princípio da gestão democrática e qualidade socialmente referenciada. As autoras utilizaram uma pesquisa qualitativa fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental. Finalizam o artigo com uma reflexão sobre o quadro de representatividade atual do CMESO, e sua atuação no contexto educacional de Sorocaba/SP. Espera-se com este artigo contribuir para a ampliação das discussões sobre a gestão no Conselho Municipal de Educação do município de Sorocaba/SP.

Jociane Marthendal Oliveira e Jurany Leite Rueda, discutem o Conselho Municipal de Educação do município de Iperó/SP. Destacam as autoras que os conselhos municipais de educação são órgãos considerados fundamentais no processo de gestão democrática no Sistema Municipal de Ensino. A pesquisa que apresentam tem como objetivo analisar a natureza, finalidade, organização e funcionamento do Conselho no processo da gestão democrática da educação no município de Iperó/SP. Para efeitos de contextualização do objeto utilizaram documentos relacionados ao CME de Iperó, tais como legislação municipal sobre o Conselho e atas das reuniões realizadas por esse órgão, além da Constituição Federal de 1988, LDB nº 9394/96. A pesquisa evidenciou, por meio da legislação municipal, que o CME de Iperó é definido em sua natureza como órgão normativo, deliberativo e consultivo, tendo, pelo menos no que se refere à lei, autonomia para atuar no cumprimento de suas atribuições.

Katlin Cristina de Castilho e Kalin Cristina de Castilho analisam a criação, os processos de implementação e a gestão democrática do Conselho Municipal de Educação de Votorantim, à luz de revisão bibliográfica e documental de cunho qualitativo. Trata-se de uma pesquisa em andamento a qual se subdivide em três partes que se complementam, sendo a primeira dedicada à compreensão do

*Editor responsável. Docente do PPGED e do Departamento de Ciências Humanas e Educação. E-mail: paulolima@ufscar.br

local epistemológico de estudo, em termos geográficos e educacionais, a segunda à análise documental e a terceira relacionada a pesquisa de campo. O artigo envolve análise dos documentos vigentes que subjazem os atuais encaminhamentos do CME de Votorantim, principalmente quanto à gestão democrática e qualidade socialmente referenciada. As considerações finais apontam para a relevância da atuação colegiada do CME diante da promoção da qualidade em educação no contexto municipal, tendo como referência o olhar de sua representatividade.

O próximo artigo de autoria de Eliane Pimentel Barra Nova de Melo e Jociane Marthendal Oliveira Santos tem como objetivo compreender a criação, composição, organização e competência dos Conselhos Municipais de Educação de Pilar do Sul numa perspectiva de gestão democrática e qualidade da educação socialmente referenciada. De cunho qualitativo apresenta como metodologia a abordagem bibliográfica e documental, pois pauta-se em análise crítica das leis, decretos e portarias municipais, além, das atas das plenárias do Conselho de 2017 sob a luz de pesquisadores da política educacional brasileira. As autoras evidenciaram os descompassos entre o conceito de gestão democrática aqui impressa e a atuação do Conselho Municipal de Educação de Pilar do Sul com conseqüente prejuízo a oferta de uma educação de qualidade socialmente referenciada. Entretanto, constatou-se abertura ao diálogo do poder público municipal quanto a compreender melhor o seu próprio funcionamento e busca pela implementação de mudanças em direção a uma gestão verdadeiramente democrática.

O C.M.E. de Piedade é objeto de discussão de Jociane Marthendal Oliveira Santos e Jurany Leite Rueda. O objetivo das autoras é o de discutir o entendimento dos conselhos municipais de educação quanto à qualidade socialmente referenciada e a gestão democrática, a partir de sua criação, implementação e atuação de Piedade/SP. A partir da abordagem qualitativa, a estratégia metodológica utilizada foi a pesquisa bibliográfica e a análise de documentos do Sistema Municipal de Ensino de Piedade e do Conselho Municipal de Educação de Piedade. A pesquisa evidenciou questões encontradas no texto redigido da lei de criação do C.M.E. que podem inviabilizar atuações deste junto à comunidade e a consolidação para a gestão democrática. Porém as novas composições e gestão do CME têm ampliado a comunicação e os feitos na Educação com a comunidade à qual pertence.

Silmara Aparecida Lopes e Elidia Vicentina de Jesus Ribeiro discutem o Conselho Municipal de Educação de São Miguel Arcanjo/SP. Trazem para a discussão a problematização da gestão democrática e a busca pela educação socialmente referenciada no município a partir do processo de criação, implementação e atuação do C.M.E. A metodologia empregada pelas autoras foi de cunho qualitativo, utilizando documentos e legislação do município que anunciam a sua estrutura e funcionamento. Entendem as autoras que o processo de legitimação da ação colegiada deve ampliar o seu conceito e vivência da autonomia como categoria dialógica, ao mesmo tempo que ser ressignificado o princípio orientador da gestão democrática no município.

Lincoln A.N. Kayaki e Thiago de Melo Martins contextualizam a criação, implementação e atuação do Conselho Municipal de Educação de Tapiraí/SP. Os autores utilizaram como base documental, a legislação e normativas do município para descrever e problematizar o caráter(es) predominantes do C.M.E. Entendem os autores que a gestão democrática, no C.M.E. da cidade ainda não é vivenciada em todas as suas interfaces, o que exigirá nos próximos anos, mais discussões, vontade e mobilizações dos cidadãos que participam desse colegiado. Há que se buscar, conforme os autores, a luta por educação de qualidade, a partir da reflexão e deliberação, o que só se faz por meio de efetiva e recorrente participação.

O oitavo artigo de autoria de Noêmia de Carvalho Garrido, Viviane da Silva Silveira, Izabel de Carvalho Gonçalves Dias (*In memoriam*) e Rute de Carvalho Angelini, é explicitada a criação, implementação e atuação do Conselho Municipal de Educação de Salto de Pirapora/SP. Segundo as autoras, os colegiados legitimados pela gestão democrática podem contribuir não somente para a reflexão da educação do município, mas para a sua transformação. Por meio de pesquisa documental, de cunho qualitativo, as autoras questionam a dimensão de gestão democrática trabalhada e vivenciada no C.M.E de Salto de Pirapora, discutem o eixo da autonomia dos conselheiros e do conselho em relação ao executivo e concluem que é necessário total acompanhamento nas ações e deliberações de interesse social, principalmente quando é fruto de representações por segmentos. Esse cuidado de dialogicidade deve ter o efeito da transparência que a gestão democrática requer.

E o trabalho de Amanda Regina Martins Dias e Rebeca Anselmo Estevam encerram o dossiê. Discutem o processo criação, implementação e diretrizes norteadoras na perspectiva da gestão democrática do Conselho Municipal de Educação de Araçoiaba da Serra e sua busca pela qualidade socialmente

referenciada na educação do município. Nessa perspectiva, destacamos a colaboração entre os federados e a atuação do C.M.E. de Araçoiaba da Serra quanto à provisão das etapas de ensino contempladas. Por meio da abordagem qualitativa, as autoras realizaram uma revisão bibliográfica e análise de documentos, o que nos permitiu constatar consistências acerca do processo democrático do C.M.E., bem como pontos que solicitam reordenação de rumo nessa direção. Destaca-se que os eixos de participação e representatividade da composição do Conselho Municipal de Educação são pontos que solicitam cuidados e construção de consistente legitimação da vontade coletiva.

Espera-se que a pesquisa aqui apresentada, nessa segunda parte, possa contribuir para propiciar outros trabalhos que problematizem o papel dos Conselhos Municipais de Educação no Brasil, passo importante, não somente para a ampliação de número de trabalhos sobre a temática, mas para a construção de uma consciência coletiva que, de fato, contribua para melhor organização, mobilização e expressão dos cidadãos em órgãos colegiados.